

de votar contra os senhores aqui na Assembleia Legislativa, de lutar pela reposição salarial justa de todos os servidores.

Mas aí vocês vão me falar: "E esse efeito cascata que a TV fica falando, Monica?". Vou explicar: o teto limita o teto, então vai poder aumentar o salário de quem ganha o teto, vai poder começar a ganhar igual ao governador. Aos outros, não existe nenhuma previsão de aumento. E aí é que mora a injustiça.

Então, se a gente vai defender as polícias, a Saúde e a Educação, a gente vai precisar fazer um debate mais profundo do piso e do teto salariais do estado de São Paulo.

É isso que eu estou pedindo para os meus amigos e colegas aqui da Assembleia Legislativa, que a gente o faça com a necessária urgência e responsabilidade, a partir de amanhã, no Orçamento de que a gente sequer conhece o relator.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada. Seguindo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna - não sei se o colega vai voltar para o plenário - o deputado Carlos Giannazi, que se inscreveu para fazer uso da palavra novamente. Acredito que o colega tenha desistido de fazer uso da palavra.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputada.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Se não houver outros inscritos, eu peço a suspensão da presente sessão até as quatro e meia.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Perfeito, deputada. É regimental. Então suspenderemos a nossa sessão até as 16 horas e 30 minutos, quando voltará a Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

Muito obrigada a todos.

- Suspensa às 14 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 42 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão, Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Item 1 - Em votação o PDL 44/22. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Em votação o PDL 45/22. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - Em votação o PDL 46/22. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Por gentileza, eu gostaria de pedir o levantamento desta sessão, porque há acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Antes, porém, convocamos as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, para uma reunião conjunta das comissões de: Constituição, Justiça e Redação; Transportes e Comunicações; e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 17 horas e 30 minutos, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de...

O Projeto de lei no 608, de 2022, de autoria do governador. Conceder o benefício de gratuidade no transporte coletivo de passageiros às pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 e 65 anos, em situação de pobreza ou extrema pobreza, na forma em que especifica.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, antes do levantamento, uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Na verdade, é uma pergunta a V. Exa. sobre aquela questão dos professores categoria "O" porque, na verdade, nós temos 40 mil professores categoria "O", dos contratos de 2018 e 2019, que terão seus contratos vencidos agora, no dia 31 de dezembro.

E, se não for aprovado um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa prorrogando esses contratos, nós vamos ter um verdadeiro colapso, uma verdadeira crise no início de 2023, com 40 mil professores desempregados, e sem aulas na rede estadual de ensino.

Eu lembro que V. Exa. disse anteriormente, numa das sessões, que o governo encaminharia um projeto de lei, mas eu estou preocupado com o tempo, e quero ainda ressaltar que eu tenho um projeto pronto para ser votado, que é o PLC nº 24, de 2015, já aprovado em todas as comissões e que tem um requerimento de urgência já aprovado. Ou seja, o projeto está pronto para ser votado e a gente pode resolver essa situação ainda hoje, se V. Exa. pautar em uma sessão extraordinária.

Então, eu queria fazer esse apelo a V. Exa., para que pudessem resolver a questão dos professores categoria "O" no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ok, deputado. Será visto isso. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Esta sessão está levantada.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

23 DE NOVEMBRO DE 2022

139ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, CORONEL TELHADA e JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

4 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - MAJOR MECCA

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

8 - CORONEL TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Cumprimenta vereadora de Caçapava, Dandara Pereira.

10 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Presta condolências pelo falecimento do ex-prefeito de Socorro, José Mario de Faria.

GRANDE EXPEDIENTE

15 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

19 - FREDERICO D'AVILA

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - CONTE LOPES

Para comunicação, faz pronunciamento.

21 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Comenta a comunicação do deputado Conte Lopes.

22 - FREDERICO D'AVILA

Para comunicação, faz pronunciamento.

23 - FREDERICO D'AVILA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

24 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Major Mecca, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, sras. e srs. funcionários que estão aqui nos dando suporte para as nossas atividades, aos meus irmãos de farda, policiais militares, a todos que estão nos acompanhando pela TV Alesp e pelas redes sociais.

Hoje, dia 23 de novembro de 2022, em nome não só dos meus 224.462 eleitores que tive neste pleito eleitoral, eu não posso me furtar de vir aqui, à tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo, prestar o apoio ao presidente do partido a que eu pertencço, que é o Partido Liberal. O presidente do partido, Valdemar Costa Neto, tem todo o nosso apoio quanto à apresentação de tudo o que foi tecnicamente estudado e levantado nas eleições de 2022.

O que foi apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral foi colocado em documentos não por políticos, mas sim por profissionais, por técnicos que acompanharam o passo a passo das eleições e, assim como uma parcela enorme do povo brasileiro, esperam de uma Suprema Corte uma resposta transparente, conforme está escrito na Constituição Federal do Brasil.

Eu acredito que essa pauta ultrapassou o debate político, seja aqui neste plenário, seja no Congresso Nacional. Neste momento, em que grande parcela da população demonstra indignação com o processo eleitoral, a Suprema Corte do país tem que responder com transparência à nossa população, a forma como se deu o pleito eleitoral em todos os estados do Brasil.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

Quando ingressei na carreira militar, aprendi a abrir mão de muitas coisas da minha vida particular em benefício da sociedade. Eu jurei colocar em risco ou até mesmo entregar minha própria vida para defender a vida do cidadão de bem e do trabalhador.

Acredito que, neste momento, as autoridades da Suprema Corte deste país devem imbuir-se desse mesmo espírito, o espírito público de satisfação ao povo brasileiro, não o comportamento do "perdeu, mané".

Não, não é isso que nós, como autoridades, devemos ter como comportamento em relação ao nosso povo. Repito aqui: não foi esse o tratamento que aprendi, desde que ingressei na carreira militar, a ter com a população.

Então, fica aqui registrado da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o meu apoio, o apoio dos mais de 224 mil votos que tive neste pleito. Abro mão desses votos, se for necessário para que o povo tenha o conhecimento de como transcorreu o pleito eleitoral.

Nós não temos medo de disputar eleições. Nós temos medo, sim, de colocar em xeque a democracia, o respeito às liberdades, o respeito ao cidadão brasileiro. Disso nós temos medo.

Enxerguem, autoridades do Supremo Tribunal Federal, autoridades do Superior Tribunal Eleitoral, que o povo espera esse comportamento dos senhores. Respeito ao cidadão brasileiro, respeito à Constituição Federal e que seja apresentado ao povo, com transparência, como foi o processo eleitoral nas eleições de 2022.

Nós não podemos continuar com o temor que todos têm hoje, de medir as palavras com medo de ser preso, com medo de ser cassado. Estamos entrando em um regime de exceção.

Não, não podemos permanecer parados, observando absurdos acontecerem. Desrespeitos à Constituição Federal acontecendo e a gente sem se manifestar.

Viemos aqui de forma extremamente respeitosa dizer ao Superior Tribunal Eleitoral e ao seu presidente, ministro Alexandre de Moraes, que acolha o que foi entregue ao senhor como ministro, investigue e apresente ao povo brasileiro a verdade. É o que todos nós esperamos das autoridades deste País: que haja respeito ao Estado Democrático de Direito, que haja respeito às leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - O próximo deputado é o deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, V. Exa. tem o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento as pessoas que nos acompanham, V. Exa., Sr. Presidente, colegas deputados, senhores funcionários. Eu queria tentar desenhar aqui na tribuna, porque quando a gente escreve parece que as pessoas não entendem. Aliás, nós estamos com um problema sério de leitura neste País.

As pessoas não conseguem ler o breve texto de um tweet; não conseguem ir além da chamada de um texto de revista ou de jornal. Então deixe eu tentar desenhar. Primeiramente, o ministro Alexandre de Moraes, que continua apanhando nas redes, ontem deu uma decisão correta.

Ele se manifestou de maneira correta sob o ponto de vista do Direito e sob o ponto de vista da petição apresentada pelo PL, que eu li na íntegra. O problema é que as pessoas querem que alguém conte para elas o que tem nos documentos, ainda que os documentos tenham duas, três páginas.

No caso, era uma petição mais extensa, muito bem redigida. Ontem à noite mesmo eu conversei com o senador Girão, porque na internet não havia disponível os estudos em que a petição dizia ter se lastreado. Então eu conversei com o senador Girão, mandei mensagem para colegas do PL aqui da Casa.

Hoje pela manhã, o senador Girão me encaminhou os estudos, que são diferentes dos estudos daquele primeiro relatório de 12 páginas que transitou na internet, no dia 15 de novembro, relatório este que foi negado pelos próprios engenheiros do ITA e pelo próprio PL.

Então eu estou com esse material que me foi encaminhado gentilmente pelo senador Girão. Hoje pela manhã, eu já tinha reuniões de trabalho aqui na Casa agendadas.

Então eu só vou conseguir ler esse material no final do dia, mas o que eu posso dizer é o seguinte: pela petição que agora eu vou confrontar com a perícia - eu considero aquele material uma perícia -, se o segundo turno é nulo, o primeiro também é, e não é apenas com relação à eleição presidencial.

É com relação à eleição dos Srs. Governadores, dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados federais e estaduais. Então o que as pessoas não estão compreendendo é que a petição do PL levanta questões graves de hardware, envolve as próprias urnas.

O PL não está dizendo que identificou um programa de direcionamento de votos ou de desvio de votos que teriam virado. O PL não escreveu nada disso na petição. Então as pessoas não leem. O PL fez uma denúncia, que eu considero grave, de questões envolvendo o hardware, as urnas.

O PL diz, com todas as letras, na petição apresentada ontem, que os votos depositados em 60% das urnas do País deveriam ser desprezados, porque esses 60% de urnas não são individualizáveis.

Então é importante as pessoas compreenderem, porque eu leio os documentos na íntegra. O pessoal fica esperando alguém contar o que tem lá. Eu acredito firmemente que o ministro Alexandre de Moraes e sua assessoria também leram, porque eles disseram o seguinte: "Se o PL está questionando as urnas com relação ao segundo turno, eu quero que se manifeste com relação ao primeiro turno".

É questão de lógica, porque as mesmas urnas utilizadas no segundo turno foram utilizadas no primeiro turno. Então, o PL e as pessoas que estão apoiando essa discussão estão preparadas para refazer as eleições na sua integralidade? Porque eu tenho aqui dois colegas que são policiais. Não adianta uma pessoa chegar em uma delegacia, deputada Leci, e dizer assim: "Olha, estou mostrando aqui, tem dois cadáveres. Mas eu quero que só investiguem esta morte."

Não adianta o pedido, desculpa. O fato de o PL ter pedido para inviabilizar o segundo turno não vincula a autoridade, porque os argumentos estão presentes para os dois turnos.

Então o que eu escrevi nas minhas redes não infirma em nada o que eu venho dizendo aqui desde o princípio: que eu entendo que a direita foi presunçosa, que não buscou fazer alianças, que não buscou as pessoas que pensam minimamente divergente. Todas essas críticas são procedentes, que eu encontrei durante a minha campanha eleitores de Lula e de Tarcísio. Encontrei vários.

Então nada disso eu retiro. Não retiro que é um absurdo, em 2022, as pessoas pedirem intervenção federal ou militar, que como num passe de mágica queiram impedir um presidente eleito, goste-se dele ou não, de assumir seu cargo. Eu não retiro nada disso, que talvez as pessoas estejam sendo manipuladas.

Agora, se o partido que hoje é um dos maiores, se não o maior do País, contrata uma perícia, contrata um escritório de advocacia, apresenta uma petição, precisamos avaliar.

E se o que está escrito ali é verdade, e eu vou analisar os documentos ainda hoje, não é apenas o segundo turno que é nulo. O primeiro turno também é nulo, e nós precisamos repetir as eleições para todos os cargos, porque não dá para fazer brincadeira com coisa séria, senão vira palhaçada.

Ou esse pessoal enfrenta e assume o que está escrevendo e sustentando, e vamos até as últimas consequências, prejudique e beneficie quem quer que seja, ou tenha a coragem de ir para esse povo que está na rua e dizer: "Olha, gente, isso tudo aqui é palhaçada", e aí vai ter que ter punição, porque é grave.

É disso que eu estou falando.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. O próximo deputado é o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Valéria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, o homem da Educação. Vossa Excelência tem cinco minutos. Hoje está todo mundo animado, estou gostando de ver. Está todo mundo animado aí, passando o tempo. Fala, Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor me concederia uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Por gentileza. Dois minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - É importante nós salientarmos aqui o discurso que eu acabei de fazer na tribuna, professora deputada Janaina, que tem todo o nosso respeito, é justamente no sentido de apoiar o presidente do Partido Liberal, Valdemar da Costa Neto, para que vá até as últimas consequências em relação à transparência do pleito eleitoral de 2022. Se precisar fazer novas eleições, nós concorremos novamente.

Eu repito: nós não temos receio algum em disputar uma nova eleição, o que nós temos como receio é o desrespeito à nação brasileira, no sentido de não responder ao nosso povo as dúvidas que eles apresentam.

O nosso povo hoje, uma grande parcela, professora, tem dúvidas em relação à transparência do pleito. E eu repito aqui, cabe à Suprema Corte, ao Tribunal Superior Eleitoral explicar, ou até mesmo desenhar, como a senhora acabou de citar, para o nosso povo como esse processo aconteceu.

Nós temos que fazer isso de forma tranquila, de forma calma, para que todo o povo brasileiro possa entender. Muitas

vezes o nosso povo precisa de uma atenção maior das autoridades, que é algo que eles nunca tiveram.

E, realmente, o nosso povo sempre foi carente de boas escolas, sempre foi carente de iniciativas públicas, como o apoio à Cultura, ao Esporte, à Educação. E eles têm dificuldade, sim, de entender como funciona a política no Brasil, porque a leitura do povo hoje é que a política é uma arena ocupada por inúmeros corruptos que trabalham em benefício próprio. E cabe a todos nós sabermos explicar para o povo que a coisa está transcorrendo conforme a Constituição, que é a carta magna do País.

E, neste momento, quem tem que escrever, quem tem que desenhar e mostrar que isso aconteceu de maneira honesta para o povo é o Tribunal Superior Eleitoral. E nós, deputados do PL, damos todo o nosso apoio ao presidente Valdemar da Costa Neto para que isso aconteça de forma democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado Major Mecca. Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que nós estamos já entrando no debate sobre o Orçamento de 2023, que é a principal lei que a Assembleia Legislativa aprova anualmente, porque é através da aprovação desse projeto que o Estado tem condições de financiar as políticas públicas e sociais na área da Educação, da Saúde pública, da Segurança, da Assistência Social, da Cultura, da Infraestrutura.

Enfim, sem a lei do Orçamento, sem o orçamento do Estado não consegue viabilizar as suas políticas públicas. Então nós temos uma oportunidade importante de canalizar os recursos para os verdadeiros interesses e as verdadeiras necessidades da população do estado de São Paulo.

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

Parece-me que ainda não foi designado o relator, deputada Leci Brandão, do orçamento. É muito importante que ele seja designado, porque nós queremos debater com o relator as emendas que nós apresentamos.

Vossa Excelência apresentou emendas, eu apresentei, todos os deputados apresentaram, não as emendas parlamentares, aquelas do orçamento impositivo, não essas, estou dizendo das emendas gerais que nós apresentamos por conta dessas necessidades que eu citei, da população.

E uma delas, que eu gostaria muito que houvesse o apoio de toda a Assembleia Legislativa, dos 94 deputados e deputadas, é a Emenda nº 1, inclusive que está registrada já no Diário Oficial, que eu apresentei, que talvez seja uma das mais importantes, porque ela restitui, ela devolve os valores confiscados dos aposentados e pensionistas, que foram roubados, que foram assaltados pelo PSDB, pelo Doria e pelo governador Rodrigo Garcia.

Foram roubados de 2020 até agora, com esse maldito confisco, que nós, com muita luta, com muita organização derubamos recentemente, através da aprovação de um projeto de lei. Mas não fosse a mobilização e a pressão nós não teríamos o fim desse confisco, porque a lei começa a valer em janeiro de 2023.

Então é importante, logicamente, que o confisco tenha fim, isso nós já conseguimos, a partir de 2023, mas é muito importante que os valores roubados, dos aposentados e pensionistas, sejam devolvidos imediatamente. Por isso é que apresentei a Emenda nº 1 ao Orçamento de 2023, que é o maior Orçamento da história do estado de São Paulo: 317 bilhões de reais.

Então o estado de São Paulo, o governo estadual tem a obrigação de devolver o que ele roubou, o que ele assaltou dos aposentados e pensionistas. Então peço apoio ao futuro relator do Orçamento de 2023, e a todos os deputados e deputadas, para que façam um esforço, para que conguem dessa luta, no sentido dessa Emenda nº 1, que é a emenda que vai garantir os recursos para a devolução do dinheiro confiscado dos aposentados e pensionistas.

Essa é uma emenda importante que tem que ser aprovada. Tem uma outra que eu apresentei também, que é em relação ao lamspe. É um absurdo, o lamspe tem um orçamento, vi agora, estava no orçamento que o governo colocou na peça orçamentária, de apenas 1 bilhão e 700 milhões de reais. Só que esse valor é retirado das contribuições dos servidores, que pagam 2 ou 3% dos seus respectivos salários.

O governo mesmo, não financia quase nada. Ele não financia a Saúde dos seus próprios trabalhadores e das suas trabalhadoras. Desse valor que eu citei, apenas 0,16% é investimento do governo estadual. Isso significa, aproximadamente, apenas 3 milhões de reais. De 1 bilhão e 700 milhões, o governo estadual só está contribuindo com 3 milhões.

Isso é um absurdo total. Ele deveria contribuir, no mínimo, com 2 ou 3% por servidor. É a cota patronal, que é uma antiga luta, uma antiga reivindicação dos servidores do estado de São Paulo. Mas isso não acontece. Eu apresentei, na verdade, várias emendas ao lamspe.

Então é muito importante que a Assembleia Legislativa fortaleça e aumente drasticamente o financiamento do lamspe. Senão, nós vamos continuar com essa eterna crise: superlotação do Hospital do Servidor Público Estadual, terceirizações, privatizações, falta de convênios no interior paulista com clínicas, com hospitais regionais, com laboratórios, com as Santas Casas.

Não só o interior, mas a Grande São Paulo, a Baixada Santista e a própria Capital. Porque a nossa luta é pela descentralização do atendimento. Nós não podemos abandonar os nossos servidores, por exemplo, do interior paulista.

É inconcebível que um servidor, que um professor, saia de Ribeirão Preto, de Presidente Prudente, de Apiaí, de cidades distantes, para se tratar no Hospital do Servidor Público Estadual.

Quando, na sua região, tinha que ter um hospital conveniado, hospital de qualidade, que garantisse a esse professor, a essa professora, um atendimento digno na sua região. Mas isso não acontece porque o governo não financia o lamspe.

Então nós temos uma oportunidade importante, no debate sobre o Orçamento de 2023, de aumentar, de uma forma significativa, o orçamento do lamspe. Então essas são as duas questões que eu queria levantar.

Levantarei outras, sobre o Orçamento, que são importantes. Mas essas duas, devolução imediata dos valores confisc